

EDITORA
UnB

# MATERNIDADE, PARENTALIDADE, FAMÍLIA E TEMAS TRANSVERSAIS

Hayeska Costa Barroso
Tatiane dos Santos Duarte
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo

(Organizadoras)



EXTENSÃO INSURGENTE

**Universidade de Brasília**

**Reitora** Rozana Reigota Naves
**Vice-Reitor** Márcio Muniz de Farias

EDITORA
**UnB**

**Conselho editorial**
Germana Henriques Pereira (Presidente)
Ana Flávia Magalhães Pinto
Andrey Rosenthal Schlee
César Lignelli
Fernando César Lima Leite
Gabriela Neves Delgado
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Liliane de Almeida Maia
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcanti
Sely Maria de Souza Costa

EDITORA
UnB

# Maternidade, parentalidade, família e temas transversais

Hayeska Costa Barroso
Tatiane dos Santos Duarte
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo

(Organizadoras)

EXTENSÃO INSURGENTE

**Equipe do projeto de extensão – Oficina de edição de obras digitais**

| | |
|---|---|
| **Coordenação geral** | Thiago Affonso Silva de Almeida |
| **Consultor de produção editorial** | Percio Sávio Romualdo Da Silva |
| **Coordenação de revisão** | Talita Guimarães Sales Ribeiro |
| **Coordenação de design** | Cláudia Barbosa Dias |
| **Revisão** | Vanessa Correia dos Santos |
| **Diagramação** | Uilca-Terra R. M.M. Martins |
| **Foto de capa** | Mizuno K. e Tima Miroshnichenko, via Pexels.com |

© 2024 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A - 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

M425 Maternidade, parentalidade, família e temas transversais [recurso eletrônico] / (Organizadoras) Hayeska Costa Barroso … [et al.]. — Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2025.
194 p. - (Extensão Insurgente).

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-250-7.

1. Maternidade. 2. Parentalidade. 3. Família. I. Barroso, Hayeska Costa (org.). II. Série.

CDU 378.4:392.3

Heloiza dos Santos – CRB 1/1913

# Sumário


## Introdução 9

Hayeska Costa Barroso
Tatiane dos Santos Duarte
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo

Capítulo 1

**Maternidade contra o Estado? A Lei da Alienação Parental e a construção de regimes de verdade contra as mulheres** 15

Raquel Vieira de Castro Braga

Capítulo 2

**Coletivos de Mães nas universidades e seus impactos na implementação de políticas para permanência materna no ensino superior** 31

Ana Paula de Jesus Nunes
Lisandra Oliveira e Silva
Renata Figueiredo Silva
Tatiane dos Santos Duarte
Vanessa Suany da Silva

Capítulo 3

**Como a pandemia de Covid-19 afetou a vida de mulheres discentes:** um estudo realizado na Universidade de Brasília 49

Larissa Lorranny Magalhães Lima
Hayeska Costa Barroso

Capítulo 4

**Cuidados e novas problematizações:** os atravessamentos da pandemia de Covid-19 e os impactos nas políticas públicas no Brasil e na Argentina 63

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araujo
Rosamaria Giatti Carneiro

Capítulo 5

**Maternidade e universidade:** relato de experiência de uma graduanda **81**

Maria Paula Bastos Dias

Capítulo 6

**Maternidade política e feminismo matricêntrico:** uma análise de leis e políticas públicas dos governos Lula (2002-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) **89**

Nayara Augusto Felizardo

Capítulo 7

**Monoparentalidade chefiada por mulheres negras no Distrito Federal** **107**

Danielle de Castro Silva Lobato

Capítulo 8

**O Coletivo de mães da UnB:** a resistência pelo conhecimento e pela inclusão **123**

Caroline da Costa Freire Ribeiro
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo
Tcherry Félix da Silva
Tatiane dos Santos Duarte

Capítulo 9

**Poéticas do espaço doméstico:** feminismos maternos arrombando as portas das casas nas artes visuais **139**

Marta Mencarini Guimarães
Clarissa Monteiro Borges

Capítulo 10

**Políticas públicas de permanência nas universidades e o desenvolvimento acadêmico de mulheres-mães 155**

Ana Paula Dahlke
Tatiane dos Santos Duarte
Luana Karoline Gonsaga
Natacha Barbosa do Nascimento

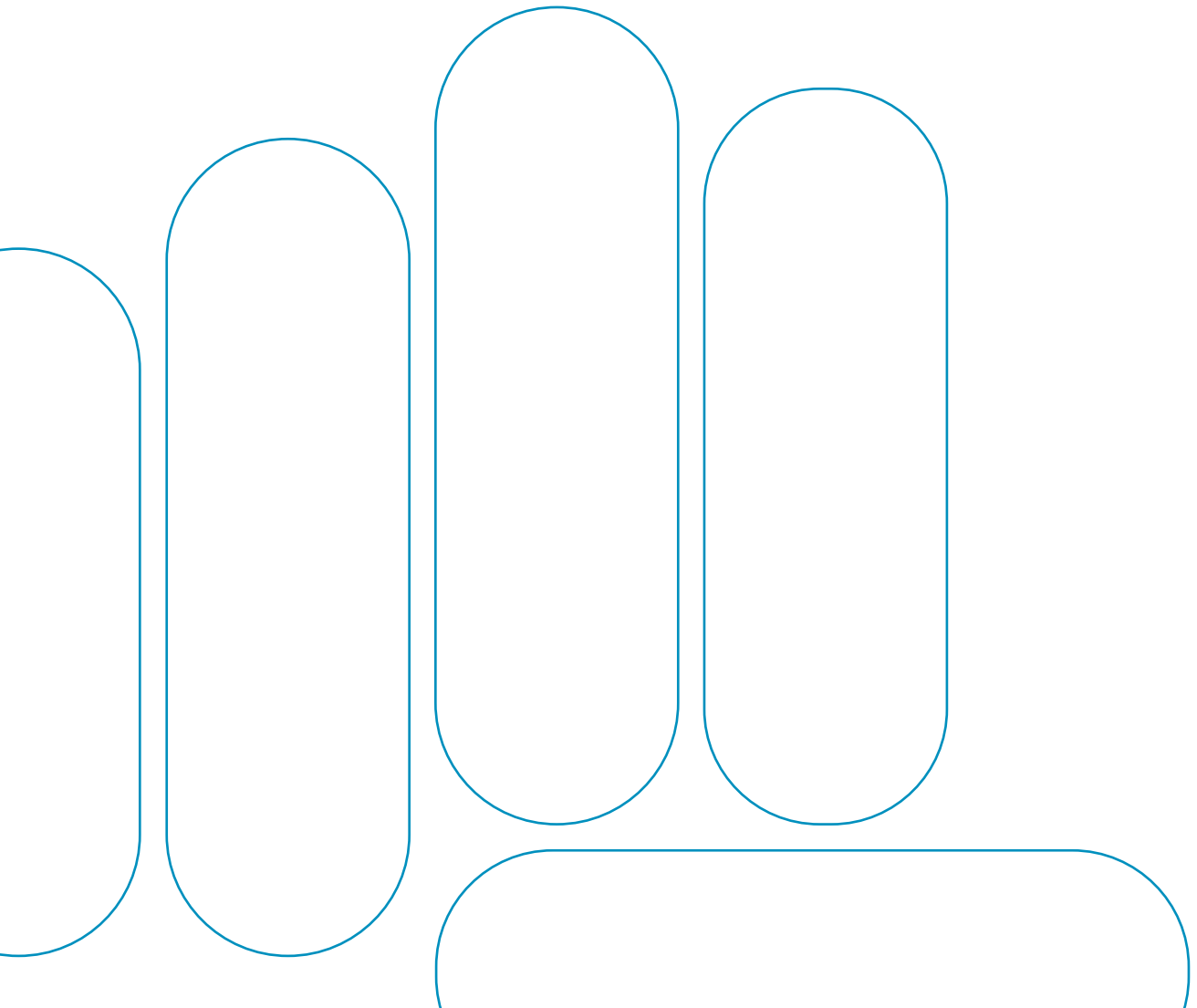
Capítulo 11

**Residência Artística como espaço criativo e crítico de maternagens 173**

Iara Sales Agra
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Rafaela Kalaffa Sergio e Silva

**Considerações Finais 189**

Hayeska Costa Barroso
Tatiane dos Santos Duarte
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo



Capítulo 8

# O Coletivo de mães da UnB: a resistência pelo conhecimento e pela inclusão

Caroline da Costa Freire Ribeiro
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo
Tcherry Félix da Silva
Tatiane dos Santos Duarte

## 1. A luta de mães como algo fundamental para efetivação da democracia

A cientista política Flávia Biroli (2015) elucida como o cuidado está intimamente relacionado à democracia. Para ela, as relações cotidianas e privadas de cuidado têm impacto direto na vida pública e política e na possibilidade de ter condição digna de vida, o que inclui acesso a condições e garantias para a integridade física e psíquica. A autora mostra como essa dualidade entre espaços público e privado, embora tenha sido discutida sistematicamente há décadas pelo feminismo, não foi de fato problematizada em grande parte do debate sobre justiça e sobre democracia.

Na história do liberalismo, o mérito das ações dos indivíduos se restringe à esfera pública, que seria distinta e independente das relações estruturadas na esfera privada. Os critérios de justiça, assim, não se aplicariam ao âmbito privado, e isso tem sido um dos motivos para a manutenção de privilégios dos homens no âmbito público também. O primeiro ponto, portanto, seria reconhecer que as relações de trabalho na vida doméstica têm impacto na participação dos indivíduos em outras esferas da vida:

Suas escolhas não se definem na esfera privada ou na esfera pública, mas em contextos nos quais suas vidas são organizadas segundo o papel desempenhado em uma e outra. As alternativas disponíveis, o horizonte das possibilidades consideradas pelos indivíduos, assim como os recursos que permitem levar em consideração uma ou outra possibilidade se definem tendo como base a configuração dessas esferas – o modo como são delimitadas, mas principalmente a maneira como a organização de uma delas tem impacto sobre a outra. (Biroli, 2015, p. 89).

Além disso, é importante reconhecer que realizar esse trabalho doméstico, na forma e no tempo que é a ele dedicado, não é “só” um trabalho, tampouco é simplesmente uma escolha voluntária, ainda que não haja coação ou impedimento para exercer outras tarefas.

A posição das mulheres é hoje, nos países ocidentais, cada vez menos marcada pela reclusão no espaço doméstico, mas ainda profundamente marcada pela marginalização e inferiorização recorrentes das ocupações tipicamente "femininas", de menor remuneração, menor prestígio social e *status* inferior em relação aos homens, ainda que desempenhem funções equivalentes, nas mesmas profissões e com idênticos níveis educacionais. Trata-se, portanto, de formas desiguais de inclusões sociais, políticas e econômicas, pois há um ônus quando as mulheres procuram construir suas vidas de outras maneiras que não sejam restritas ao ambiente privado.

A psicóloga Valeska Zanello explica como ocorreu, paralelamente ao liberalismo, a construção histórica da socialização que naturaliza habilidades e pertencimentos de acordo com o sexo biológico, definindo processos psicodinâmicos de constituição subjetiva dos homens e das mulheres e de pedagogia afetiva:

> Até fins do século XVII, era comum que mulheres, de diferentes classes sociais, dessem seus filhos para serem amamentados por amas de leite (BADINTER, 1985). A mortalidade infantil era altíssima e, obviamente, isso afetava o crescimento e o tamanho da população. O capitalismo demandava um excedente populacional, para que fosse exequível seu projeto de mais valia e acumulação de capital. Visando garantir esse excedente, Igreja e Estado deram as mãos para convencerem as próprias mulheres que pariram a amamentarem suas crias. Como isso representaria perda de liberdade pessoal, gasto de tempo e renúncia aos próprios interesses, a estratégia utilizada foi menos de repressão e imposição, e mais de construção de um discurso que exaltava as habilidades maternas e o ideal da própria maternidade, ou seja, que criava um lugar desejável e digno de admiração para as mulheres. O que se deu, seguindo as ideias de Michel Foucault (1996), foi a passagem de um poder repressivo para outro, constitutivo. Nesse momento, começou a ser construída uma subjetividade materna criada por um desejo produzido, interpelado e incentivado. Primeiramente, mulheres foram demandadas a amamentarem seus filhos. Em um segundo momento, a educá-los. Por fim, a partir do início do século XX, foi construída a 'maternidade científica', através dos discursos da pediatria e dos campos da psicanálise e das psicologias, que defendiam a ideia de que a mãe seria a grande responsável pela personalidade ou estrutura emocional dos filhos. Como apontado por Badinter (1985), *foi produzida aqui, historicamente, a culpa materna* (Zanello *et al.*, 2022, p. 2, grifo próprio).

Nesse contexto sexista, a maternidade e as qualidades ditas maternais são bastante associadas à feminilidade e a uma performance de comportamentos e emocionalidades desejável por parte das mulheres, que se resume no heterocentramento, o que significa se disponibilizar a perceber, priorizar e atender os desejos, anseios e necessidades dos outros, em detrimento dos próprios.

Esse é o mecanismo de constituição do "dispositivo materno" (Zanello, 2018) e se realiza não apenas na relação entre mãe e filho, mas em todas as relações sociais das quais as mulheres participam, dinâmica que se intensifica em mulheres negras e pobres.

Os homens, por outro lado, são os que mais se beneficiam disso, na medida em que são constituídos pelo egocentramento, podendo não apenas cuidar e investir sua energia em si mesmos, mas esperando que as mulheres também cuidem deles, por eles e para eles, não só da casa, dos filhos, mas também em seus projetos privados e públicos.

Ou seja, é importante reconhecer que as esferas pública e privada são interdependentes, uma impacta a outra e vice-versa; que cuidado é trabalho e que não tem sido voluntário; e que existe uma divisão sexista de trabalho que valoriza menos as mulheres e que tem como consequência não só uma restrição de direitos, como também um adoecimento mental, reduzindo o acesso das mulheres à vida digna.

A maternidade é, portanto, uma dimensão estruturante e, consequentemente, um elemento de identidade política, produtora de uma perspectiva social própria, a qual deve ser levada em conta na dinâmica política e podendo mobilizar de diferentes formas, por meio de diversas estratégias (Valente, 2022).

Não obstante, Biroli (2015) e Zanello *et al.* (2022) alertam que é limitante entender o cuidado apenas pela ótica do gênero, devendo sempre ser incluídos na análise outros marcadores sociais, de forma interseccional, como raça, classe, orientação sexual, faixa etária, deficiências físicas e mentais, entre outros, que podem aumentar ou diminuir a desigualdade e a complexidade do problema e das soluções.

Exemplificando isso, Biroli (2015) mostra, com base em dados, como o liberalismo induz como solução a mera privatização do trabalho doméstico, fazendo com que mulheres brancas e ricas transfiram parte desse trabalho – a responsabilidade pelo cuidado – a mulheres negras e pobres, cujo trabalho é menos valorizado.

Porém, em razão dessa interseccionalidade, a consequência é o aumento da desigualdade, uma vez que as mulheres negras e pobres precisam deixar de cuidar dos próprios afetos e de si mesmas para sobreviver. Vale comentar que a parte que elas não transferem, que é "planejamento, a carga mental da gestão entre tempo, tarefas e serviços e o trabalho emocional envolvido na gestão da família e do cotidiano, na administração dos afetos, antecipação de necessidades e provisão de suportes emocionais" (Erickson, 2005 *apud* Biroli, 2015); atividades que também são trabalho doméstico, embora não sejam reconhecidas assim, e não são assumidas pelos homens de forma geral.

O mesmo acontece ao se restringir a resolução ao aumento de creches, local em que trabalham professores, em sua maioria mulheres e, portanto, menos valorizadas, e que não assume a totalidade do trabalho do cuidado. Ou seja, a mera terceirização do cuidado não resolve o problema da mãe e de todas as desigualdades e dificuldades envolvidas nesse papel.

A pandemia da Covid-19 deixou tudo isso evidente. Segundo Matta *et al* (2021), na pandemia, as mulheres, sobretudo as mães, e principalmente as pretas e pobres, tiveram o trabalho doméstico radicalmente aumentado, haja vista a suspensão das atividades de escolas, creches ou instituições de ensino e cuidado, bem como a necessidade de isolamento e a consequente perda das redes de apoio, sendo, dessa forma, atribuída a elas a totalidade ou a maior parte desse trabalho doméstico. Consequentemente, com menor disponibilidade

de tempo, tiveram salários reduzidos, e sendo menos valorizadas em seus empregos, tiveram que deixá-lo para assumir o trabalho doméstico. Por sua vez, sua independência foi comprometida, aumentando as situações em que foram submetidas a violência doméstica. Por fim, foram expostas a um maior risco de morte, seja por essa violência, seja pelas condições insalubres ou perigosas dos empregos assumidos, seja pela situação de gravidez ou puerpério, seja pela ausência de cuidado, do Estado e da sociedade.

Isso significa que a divisão sexual do trabalho doméstico – que atribui às mulheres, sobretudo as mais vulneráveis, a responsabilidade de cuidar da casa e das pessoas que nela residem, principalmente crianças, idosos e enfermos – faz com que as mulheres possuam menos recursos e menos possibilidades de participar de maneira igualitária na sociedade. Ocupadas nessa tarefa, as mulheres possuem menos tempo, renda e redes de contato e, portanto, custos maiores para perseguir uma carreira política. Menos presentes na política, as mulheres têm menos condições de influenciar decisões e produções de normas que as afetam diretamente, e assim as desigualdades se reproduzem, afetando diretamente a dignidade, a saúde e, no limite, a vida da mulher. Se entre os que cuidam, há mais mulheres, mais negras e mais pobres, entre os que recebem cuidado mais intensivo e mais qualificado, há mais homens, mais brancos e mais ricos.

*O ponto central nesse debate é que, para haver uma igualdade de inclusão na democracia, o cuidado não pode ser uma responsabilidade de indivíduos de uma família, mas de toda a sociedade*. Dessa forma, não basta reconhecer que o cuidado é um trabalho, e sempre foi, e como tal deve ser remunerado por quem possa pagar, pois o mercado se regula pelo preço e isso reproduz desigualdades e injustiças. Mais que isso, é necessário assumir que todos os adultos são responsáveis pelas crianças, idosos, enfermos e quem necessite de cuidado.

Nesse sentido, as soluções devem abranger políticas de compartilhamento do cuidado, como oferta de instituições públicas de qualidade em período integral; mudanças na legislação trabalhista para que cuidadores possam flexibilizar rotina de trabalho; e alternativas coletivas, como cozinhas locais e rodízio no cuidado com as crianças e outros indivíduos que necessitem de cuidado cotidiano, por exemplo, ou outras alternativas que reconheçam a relação entre espaço público e privado e considerem desigualdades de gênero, cor e classe de forma a não reproduzi-las.

Não obstante essa fundamentação sobre o cuidado inclua todos e venha das discussões feministas interseccionais nos estudos da democracia, é necessário demarcar a categoria “mães”. Não é sobre parentalidade de modo geral, não sobre é mulheres: é sobre mães, uma vez que não se pode equiparar pais e mães, e nem mulheres que não são mães e mulheres que são mães. Embora do mesmo modo se pudesse definir “mães pretas”, “mães pobres”, “mães trans”, “mães deficientes” ou outras, o demarcador desse trabalho é “mães” abrangendo todas elas, focando no cuidado, mas reconhecendo que suas diferenças implicam diferentes nuances nesse tema.

## 2. A luta de mães nas universidades

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2018) mostra que o nível de instrução é determinante para a renda dos brasileiros, sendo a renda mensal de quem concluiu o ensino superior (R$ 5.110) aproximadamente o triplo daqueles que têm apenas o ensino médio (R$ 1.727), que por sua vez corresponde a mais que o dobro dos trabalhadores sem qualquer nível de instrução (R$ 842).

A pesquisa evidenciou ainda que o acréscimo salarial está diretamente associado à conclusão do curso superior. Enquanto profissionais com nível superior incompleto auferiram, em média, R$ 2.186 por mês em 2018 — valor equivalente a apenas 43% do rendimento daqueles que concluíram a graduação —, ainda assim receberam cerca de 27% a mais do que os trabalhadores que interromperam a trajetória escolar no ensino médio (IBGE, 2019).

Mas, como estudar sendo mãe? Na gestação, as estudantes precisam fazer as consultas pré-natais e realizar diversos exames; precisam de espaço para sentar-se, o que nem sempre é possível quando a barriga cresce; precisam de mais tempo para se locomover, pois perdem mobilidade; eventualmente precisam de elevadores; e apresentam uma diminuição da memória, da concentração e da capacidade física e cognitiva. O parto quase nunca é previsível, e ao final da gravidez, não é possível planejar com previsão provas e entregas de trabalhos, pois nos primeiros meses, de aleitamento exclusivo, os bebês são completamente dependentes. Quando retornam às universidades, elas precisam pegar transporte; trocar fraldas; brincar com suas crianças que demandam atenção; colocá-las para tirar as sonecas; alimentar as crianças que possuem restrições nos dois primeiros anos; carregar as que ainda não andam. Parece trivial, mas quem não tem filhos, a maioria na universidade, não consegue captar a complexidade de cada uma dessas atividades. E isso tudo falando numa mãe típica, de uma única criança típica, excluídas todas as adversidades que frequentemente ocorrem e que podem ampliar muito esse rol de necessidades.

Poucas universidades oferecem, institucionalmente, soluções a essas demandas básicas de qualquer experiência da maternidade, embora a entrada das mulheres no ensino superior tenha ocorrido há quase 150 anos, por meio do Decreto Lei n. 7.247/1879 no Brasil. Raupp remonta à década de 1970 o surgimento de movimentos feministas que lutaram por creches em universidades para o atendimento de demandas trabalhistas no país:

> Foi nesse contexto de reivindicações dos movimentos sociais com a vigência de dispositivos legais que as creches passaram a ser uma luta de comunidades universitárias como um direito de assistência à criança na ausência da mãe, um período, segundo Rosemberg (1989a), caracterizado pela multiplicação de novas formas de luta por creche: "É a organização de empregados de empresas públicas e privadas que levanta dados sobre necessidades, elabora projetos, avalia custos, forma comissões e obtém, junto à direção, a instalação de creches". (Raupp, 2004, p. 202).

No entanto, no contexto brasileiro, foi com a redemocratização, especialmente nos governos mais progressistas, que foram viabilizadas a participação política efetivamente, não apenas por grupos institucionalizados – como o diretório de estudantes, centros acadêmicos e sindicatos –, mas por outros tipos de organizações, como os coletivos, que podem ser definidos como um tipo fluido, não hierárquico e discursivamente distante da política partidária parlamentar e das organizações mais tradicionais, caracterizados por possuir pautas múltiplas, horizontalidade (ausência de liderança), fluidez e forte presença em mídias digitais (Silva; Salvador, 2021). O primeiro coletivo de mães na universidade teria se formado em 2010, o Grupo de Mães e Pais Universitários/UFSCar – GPMU, segundo Silva e Salvador (2021).

A Jornada de Junho em 2013 e a Primavera Estudantil em 2016 também ativou consideravelmente esses movimentos e variações, sobretudo com o uso das redes sociais. Em 2013, os estudantes tiveram importante papel nas mobilizações sobre o transporte e os recursos públicos e a representatividade política e, em 2016, iniciaram as ocupações tanto nas escolas secundaristas, quanto nas universidades, questionando as restrições e os desvios de gasto público com o ensino e as estruturas internas e externas de poder. Foi quando surgiu o grupo de mães da UnB no *WhatsApp*, que funciona até hoje como espaço de acolhimento e de informação sobre os direitos das mães na universidade, e o *Parent in Science* (em português, Mães e Pais na Ciência), movimento criado pela pesquisadora Fernanda Staniscuaski, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o intuito de levantar a discussão sobre a maternidade e a paternidade dentro do universo da ciência do Brasil.

Por fim, a pandemia de Covid-19, com a necessidade de permanecer em isolamento e a redução drástica do apoio com o cuidado, fez com que as mães se unissem virtualmente e se mobilizassem ainda mais não só pelo diploma, mas pela própria sobrevivência. Silva e Salvador (2021) mapearam em 2021 a existência de 25 coletivos de mães universitárias, dos quais oito surgiram no primeiro ano de pandemia. De acordo com as autoras, isso demonstra "uma sobrecarga diferenciada sobre as mães estudantes como aponta Silva e colaboradoras (2020) que evidentemente incide sobre as possibilidades de organização desta" (Silva; Salvador, 2021, p. 11) e a importância das redes sociais para a organização política de mães universitárias, também reforçada por Guedes:

> Este estudo mostrou como a Internet e suas redes sociais representam uma estratégia de participação política alternativa para estudantes mães cuja sobrecarga de trabalho e responsabilizações sexistas, historicamente construídas na sociedade patriarcal brasileira, impediriam a reivindicação de seus direitos no ensino superior. (Silva e Guedes, 2020, documento digital sem página).

É nesse contexto e nesse enquadramento teórico, feminista e no contexto das teorias da democracia e do movimento estudantil, que relatamos a experiência da Universidade de Brasília, com o intuito não apenas de deixar registrada essa trajetória e somar a tantas outras, mas também de eventualmente poder inspirar e cortar caminho de outras mães e outras universidades.

## 3. O Coletivo de Mães da Universidade de Brasília

A origem do Coletivo de Mães da Universidade de Brasília (CMUnB) se deu em 2016, a partir de rodas de conversa realizadas por mães estudantes do Departamento de Serviço Social e da Faculdade de Educação sobre a maternidade na universidade. Dessas rodas, iniciou-se um movimento em rede que foi consolidado por meio de um grupo no *WhatsApp*, chamado "Mães UnB".

Nas rodas de conversa, sempre havia crianças e no debate emergiram as mesmas dores presentes: a falta de estrutura, a ausência de acolhimento, as violências institucionais, as dificuldades cotidianas.

Como mencionado, aquele ano de 2016 correspondeu ao período de ocupações estudantis. Na UnB, houve uma ocupação de parte de um dos prédios feita somente por mulheres, que expuseram a não inclusão de mulheres e violências cometidas pelos próprios colegas, em um ambiente progressista politicamente. Essas mulheres, após o fim das ocupações, vieram a se tornar a Associação Coletiva de Mulheres/UnB e fundaram o Centro de Convivência de Mulheres (CCM/UnB), no ICC Sul da UnB. Entre elas, havia algumas mães, e uma das pautas, e conquistas, foi o auxílio-creche, instituído no ano seguinte pela Resolução do Conselho de Administração nº 0060/2017, para estudantes que têm filhos(as) de zero até cinco anos de idade.

No ano seguinte, por meio da Resolução do Conselho da Faculdade de Educação nº 001/2018, foi inaugurada uma sala de acolhimento na Faculdade de Educação, fruto de pesquisa feita pelo Programa de Educação Tutorial da Faculdade de Educação (PET-Edu), pensada para receber mães e suas crianças. Na sala havia brinquedos, uma pia com água quente, cadeira de amamentação, um computador, um trocador, entre outros. No entanto, o acesso à sala era restrito a estudantes matriculados na Faculdade de Educação.

Desde 2016, com a destituição da presidenta eleita, Dilma Rousseff, passando pelo governo de Michel Temer, e posteriormente o de Bolsonaro, houve um crescimento dos discursos fascistas no país, deixando movimentos sociais e outras formas de organização política "acuados, premidos pela ausência de possibilidades de diálogo e pelas ameaças de violência e, posteriormente, tolhidos pelo necessário distanciamento social, relacionado à expansão da pandemia da covid-19" (Medeiros, 2020, p. 1). Isso refletiu no grupo do *WhatsApp* "Mães UnB", com diversos relatos que expressavam a desesperança para solução dos problemas das mães universitárias e que informavam situações de adoecimentos físicos e mentais. Nesse período, as iniciativas foram exclusivamente pelas redes sociais.

Em 2020, no contexto da pandemia, algumas integrantes do grupo e participantes dessas iniciativas isoladas começaram a se organizar enquanto Coletivo, no intuito de concentrar e encaminhar de forma minimamente sistematizada as demandas específicas das mães (separando-se das demandas das mulheres, o que reforça a categoria de mãe como marcador social próprio, embora interseccional), englobando toda a Universidade (e não apenas institutos ou faculdades com temas correlatos).

Foi criado um grupo de *WhatsApp* paralelo, "Coletivo Mães UnB", e a primeira ação foi criar conexões com outros Coletivos e organizações autônomas de mães na academia, a exemplo do Coletivo Nacional de Mães Universitárias, do Núcleo Interseccional em Estudos da Maternidade (NIEM), e do Mamães na Pós-Graduação. Já como Coletivo, o CMUnB participou de uma oficina oferecida pelo NIEM chamada "Coletivos em Nascimento", na qual membras do Coletivo de Mães da Universidade Federal Fluminense compartilhavam experiências e lições aprendidas na luta de consolidação de seu Coletivo para mulheres-mães estudantes de vários estados.

Naquele ano, o Coletivo de Mães da UnB publicou na página do Facebook do CCM uma carta para as Chapas que concorriam à Reitoria, com as seguintes demandas:

> Criação de fraldários nos campi;
>
> Inclusão nos registros de estudantes mães/pais/responsáveis informação se são responsáveis legais por crianças ou não;
>
> Prioridade equivalente a de prováveis formandos na matrícula em turmas;
>
> Disponibilização de ensino remoto e/ou ampliação de atividades domiciliares a todas as disciplinas teóricas nos cursos presenciais para mães que não estiverem conseguindo acompanhar o ensino presencial;
>
> Ampliação do auxílio-creche;
>
> Aumento do tempo máximo de permanência nos cursos;
>
> Cotas nos editais de pesquisa e bolsas;
>
> Criação de creche/escola que atenda aos campi e, mais importante, transparência e comunicação permanente com estudantes mães/pais/responsáveis sobre as etapas da implementação do projeto;
>
> Projetos de Extensão voltados à saúde mental no contexto da maternidade;
>
> Treinamento em direitos humanos, questões de gênero e maternidade, racismo e LGBTfobia a docentes e técnicos integrantes do quadro de servidores da Universidade de Brasília;
>
> Garantia de refeição gratuita no Restaurante Universitário para os filhos de estudantes;
>
> Criação de uma Comissão Permanente para o acompanhamento de ações institucionais e políticas para estudantes com filhos.

Além das demandas, a carta apresentou dados tratados precariamente pelas próprias integrantes do CMUnB, a partir de pesquisa censitária feita pela UnB na ocasião da pandemia de Covid-19, comprovando a necessidade de haver uma política que atenda aos estudantes do recorte apresentado, e chamou a atenção para a ausência de dados oficiais:

> Essa realidade é refletida dentro da UnB, conforme foi possível observar nos dados da "Pesquisa Social UnB: condições para a retomada do calendário acadêmico", senão vejamos:
>
> Cerca de 3,5% dos mais de 20.000 estudantes que responderam à pesquisa moram com os filhos. Isso representa aproximadamente 728 estudantes;
>
> Quando separados por gênero, as mães estudantes estão em maioria, representando 59%, os pais estudantes são aproximadamente 40% e em seguida estão as pessoas sem gênero informado com 0,3% de representação;
>
> Do total de estudantes com filhos, cerca de 18,4% moram sozinhos com filhos, sendo que as mães estudantes contabilizam expressivos 90% dessa estatística, seguido de 10% dos pais estudantes;
>
> Podemos concluir, só pela amostragem dos estudantes que responderam a pesquisa, que há cerca de 120 mães estudantes solo em contraste com 14 pais solos e temos certeza de que todas as mães que responderam o questionário enfrentam muitos desafios para permanecer na Universidade devido sua condição de mãe, em especial essas mães solos mencionadas e destacamos esse recorte em específico pois, em sua maioria, essas mães que precisam levar seus filhos às aulas.:
>
> Salientamos que os dados apresentados são uma estimativa feita por nós no Excel de maneira precária e não foram objeto de revisão por parte de nenhum professor, tendo em vista que aparentemente não houve nenhum mapeamento das mães da Universidade de Brasília, bem como a inexiste instância que nos represente e interceda por nós.

Por fim, a carta também trazia diversos questionamentos acerca do dever do Estado em garantir os direitos fundamentais por meio das instituições:

> Logo, a UnB como um espaço público precisa exercer seu papel estatal como condutor de políticas que visem a garantia dos direitos do sujeito mãe que está presente em seu âmbito de atuação, em especial o direito à educação, em consonância com os preceitos do Estado Democrático de Direito.

Em 12 de maio de 2021, foi criada a logomarca do CMUnB, além da página do Instagram @coletivomaesunb, e foi feita a primeira postagem. Em 30 de setembro de 2021 ocorreu a 1ª Plenária Nacional – Políticas públicas para mães estudantes, feita na 21ª Semana Universitária da UnB, em que integrantes de vários Coletivos de várias

partes do Brasil se reuniram para chamar atenção à urgência da necessidade de políticas públicas para mães estudantes.

Após essa plenária, o Coletivo começou a ser chamado para participar em eventos estudantis voltados para mães estudantes, como o Seminário Mães Estudantes – Perspectivas e Políticas Públicas da UFSC, em 04 de março de 2022, a VI Semana de Mulheres (FACED/UFBA), em 15 de março de 2022, o #8mUnB2022 – Mesa-redonda: Maternidade na universidade, em 18 de março de 2022, o debate "Como estão as mães da UnB: parentalidade, academia e trabalho", em 1º de setembro de 2022, dentre outros.

Em 16 de março de 2023, após uma postagem na página do Diretório Central dos Estudantes da UnB no Instagram, que denunciou o desligamento de mães da universidade e a chamada por um formulário feito pelo CMUnB para tratar desses casos, a Reitoria, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, disponibilizou uma agenda para debater não somente esses casos, mas toda a pauta de demandas do CMUnB, enviada em 2020. A partir de então, foram iniciadas reuniões frequentes para encaminhar as demandas à administração superior.

Ao final de março, houve a inauguração de 41 fraldários em banheiros femininos e masculinos no campus Darcy Ribeiro, e a promessa de instalação de mais 38 fraldários nos 4 campi.

Em 10 de maio, foi criado e nomeado o Grupo de Trabalho das Mães da Universidade de Brasília, incluindo integrantes da Reitoria e representações das seguintes categorias: servidora técnica, docente, discente da graduação, discente da pós-graduação, CMUnB e uma representante de cada campus. Neste ínterim, foi feita campanha pela Secretaria de Comunicação sobre as mães na UnB e solicitado o trabalho remoto para servidoras mães, bem como o regime de exercício domiciliar ou o trancamento justificado para discentes mães por motivo de saúde, adoção, gestão ou pós-parto, bem como no período de férias escolares.

Ainda em 2023, discutiu-se no âmbito do GT a elaboração de um levantamento socioeconômico e acadêmico para mapear a realidade de mães discentes da UnB, com posterior ampliação para servidoras e docentes. Embora o projeto inicial não tenha avançado como previsto, a experiência acumulada nessas discussões subsidiou a elaboração, em 2025, de um questionário simplificado aplicado a mães, pais e responsáveis legais por crianças de até 12 anos. Esse mapeamento permitiu fundamentar pautas concretas, como a inclusão do atendimento às crianças no Restaurante Universitário no termo de referência da nova licitação, prevista para 2026.

Em 2024, a Política Materna e Parental da UnB foi aprovada pelo Conselho de Administração em julho — uma iniciativa do Coletivo de Mães/CMUnB em parceria com a Coordenação das Mulheres da Secretaria dos Direitos Humanos. Essa política institucional visa garantir condições inclusivas e equitativas para mães, pais e responsáveis legais, por meio de ações afirmativas como bolsas remuneradas em editais de pesquisa e extensão, maior assistência estudantil, formação continuada em temas de gênero, maternidade e parentalidade, campanhas de saúde mental, direito a atividade domiciliar em situações excepcionais, e a criação de banco de dados sobre realidades maternas e parentais na comunidade acadêmica.

Em fevereiro de 2025, o Centro de Educação Infantil (CEI-UnB) iniciou suas atividades. Inaugurado em agosto de 2024, com 121 vagas e 30% (cerca de 35 vagas) reservadas à comunidade da UnB (estudantes, docentes, técnico-administrativos e terceirizados), o CEI oferece atendimento em tempo integral, três refeições diárias, salas adaptadas, fraldário, espaço ao ar livre, entre outros serviços. As primeiras matrículas foram abertas em fevereiro de 2025, beneficiando mães e responsáveis que conciliam estudo, trabalho e cuidado infantil dentro da universidade.

Outras tratativas iniciadas pelo GT incluem: (i) prioridade de matrícula para estudantes responsáveis legais por crianças, equiparando-os a provavéis formandos; (ii) registro institucional que identifica mães/pais/responsáveis legais nos sistemas acadêmicos; (iii) extensão do tempo máximo de permanência nos cursos para mães, pais e responsáveis legais; e (iv) criação de cotas específicas para mães solo na Universidade. Além disso, está em curso um GT na UnB dedicado à pauta dos exercícios domiciliares, tema presente na Política Materna, mas que ainda não permite participação ativa do Coletivo de Mães no debate institucional.

## 4. Corporeidades do Coletivo de Mães da UnB/CMUnB: notas sobre nossas maternagens dentro da universidade

Abaixo, compilamos a experiência das autoras que escrevem este artigo com a maternidade na universidade e com o CMUnB:

> Entrei na UnB em 2018, grávida. Meu filho nasceu prematuro, ficou internado durante um mês, tempo em que precisei estudar, dentro do hospital. Hoje meu filho tem cinco anos, mas quando a pandemia chegou ele tinha apenas um. Tanto antes como depois, ele sempre me acompanhou. Recebi muitos olhares tortos. Hoje não me importo, pois sei que tenho direito de estudar, que este é meu lugar. Mas são muitos impedimentos, até mesmo de acesso físico. Não tem acessibilidade para os carrinhos de bebê. Não tem transporte. Uma amiga recentemente foi impedida de usar o ônibus da UnB pois alegaram que o transporte não tinha estrutura para criança. Ela precisava pegar 3 outros ônibus para chegar à UnB. Não há representação política para as mães na Universidade, nem no DCE. Existe uma pressão para que haja creche mas nada além disso. Tem somente 10 vagas para auxílio creche, mas tem 3 anos que não abre. Tem pessoas que não têm escolha, com quem deixar o filho para estudar. A mulher tem que ter o filho mas depois que nasce, não há apoio de ninguém.

> Me vinculei ao Coletivo em novembro de 2020. A aproximação se deu no processo de continuar na vida acadêmica, pois meu contrato havia acabado no meio daquele ano. Além da dificuldade da renda, fui buscando engajamento na academia por meio de grupo de mães pesquisadoras e como forma de visibilização das questões da maternidade. Ali me filiou ao Nepem e comecei a participar e/ou propor de atividades que tinham a ver com o tema. Na semana universitária propus uma roda de conversa virtual sobre o tema

como forma de conhecer outras mães da universidade. Por isso, convidei uma estudante, também mãe, interessada em implementar um projeto de extensão de como estava muito isolada após o doutorado e por conta do contexto da pandemia não sabia que esse tema já estava sendo tratado por um Coletivo de Mães e que havia uma organização materna na UnB. Assim, conheci o Coletivo e a partir dali o integrei. Na ocasião já integrava um Coletivo de Mães pesquisadoras feministas que se encontraram online durante os meses de isolamento social diante da constatação que, enquanto os homens continuavam produzindo ciência, elas estavam mais uma vez isoladas dentro de suas casas empreendidas não em fazer pesquisa e escrever artigos, mas nas atividades do cuidado e da maternagem. No Coletivo de Mães da UnB, junto com outras mães, propusemos diversas atividades como plenárias com outros coletivos de mãe e outras ações virtuais para manter o Coletivo vivo. Ao mesmo tempo, começamos a construir essa relação com a atual gestão da Reitoria para encaminhar as questões que ainda não foram implementadas pela universidade no que tange às políticas para mães.

Fiquei grávida durante a pandemia no primeiro semestre do doutorado, em dezembro de 2020, primeiro ano de pandemia da Covid-19. Como a universidade viabilizou o estudo remoto, pude fazer sem riscos as aulas. Adiantei o máximo de matérias que pude durante a gravidez, e a escrita de artigos. Soube por outras mães que poderia tirar a licença maternidade na universidade, e que serviria não apenas para justificar a baixa produção mas eventuais ausências, sem necessidade de trancamento. Nesse processo comecei a ler sobre a maternidade, sobre a exclusão política, psíquica e até mesmo física das mães e comecei a me engajar, procurar outras mães na universidade, que foi quando encontrei o Grupo de *WhatsApp* Mães UnB. Tanto que no retorno à pesquisa de doutorado, em 2021, meu projeto não fazia mais sentido. Em 2022, mudei de tema de pesquisa e orientador e passei a pesquisar o ativismo e a produção criativa de conhecimento materno, sendo orientada por uma professora mãe. Ingressei no Coletivo em 2023 e acompanhei as tratativas com a Reitoria.

Eu entrei na UnB no primeiro semestre de 2020, no mestrado, já mãe de 3. Foram mais de 15 anos afastada da vida acadêmica, em função da maternidade e da vida corrida que a gente tem que levar para sustentar os filhos. Minha caçula tinha 4 anos na época e minha mais velha tinha 19. Voltar para a vida acadêmica despertou muitos sonhos, entre eles, a vontade de fazer uma segunda graduação, mais alinhada com a versão de mim que eu sou hoje. Então veio a pandemia, que virou a vida de todo mundo "de pernas para o ar" e eu me vi forçada a conciliar aulas remotas do mestrado, o trabalho remunerado, uma criança pequena em alfabetização remota e um filho adolescente em depressão profunda. Confesso que não foi fácil, muito pelo contrário, eu tive um burnout. Por sorte, estudando no Instituto de Psicologia, não foi difícil encontrar apoio entre os colegas, entre eles um em especial, que veio a se tornar meu marido. A pandemia deu uma chacoalhada grande na minha vida, mas até por conta disso ajudou a colocar muitas coisas em perspectiva. Em pouco tempo eu havia conhecido alguém, namorado, noivado e estávamos planejando nos casar e ter um filho. Aos 40

anos, eu achei que a parte do novo bebê iria demorar bem mais, demandar tratamentos de fertilidade talvez, mas ela acabou chegando rápido, junto com o meu ingresso na segunda graduação também na UnB. Assim, não posso dizer que a chegada do meu quarto bebê tenha me pego de surpresa, tendo em vista que ela foi super planejada, o que me pegou de surpresa foi me ver grávida na graduação novamente, 20 anos depois, e perceber que nada havia mudado desde que me tornei mãe na minha primeira graduação, na UFRJ, em 2001. A pós-graduação até tem licença-maternidade e extensão de prazo previstos em resolução do CEPE, que juntas somam 10 meses, mas não havia nenhuma política de permanência para mães da graduação. De repente, eu não conseguia mais assistir aulas, porque não cabia mais nos estreitos bancos escolares, não conhecia os meus direitos, nenhum professor, nenhum coordenador, nem o SAA sabiam me informar. Eu fucei o site da UnB inteiro, as redes sociais, li dezenas de resoluções e não conseguia encontrar nada sobre licença-maternidade na graduação, nada como aquela à qual eu havia tido direito há 20 anos atrás em outra universidade federal. Comecei a me sentir invisível, comecei a sentir que eu não pertencia àquele lugar; fiquei me perguntando se ter decidido fazer uma segunda graduação havia sido um erro, se a UnB não era um lugar para mães. Tive crises de ansiedade. Então de repente eu esbarrei na Tcherry, por acaso, numa aula de sociologia, na qual ela me acolheu e me explicou tudo sobre exercícios domiciliares e famigerada lei de 1969, a única que nos protege. Inconformada, entrei de cabeça no Coletivo, ainda grávida, em 2022, com o objetivo de lutar para que a experiência de outras mães na universidade seja mais leve, em especial aquelas que são pegas no susto, aos 20 e poucos anos, na primeira graduação, como eu fui um dia.

Entrei na UnB em 2015, grávida. Pela minha condição, fui procurar saber os meus direitos enquanto gestante, porém só encontrei a legislação sobre exercícios domiciliares, de 1969, que equipara a gestação com uma afecção passageira, "garantindo", por que depende da boa vontade do docente, somente 3 meses de exercícios domiciliares. Ocorre que a criança não some após os três meses, é uma responsabilidade muito grande que carregamos por toda vida. Tranquei por um semestre para cuidar da minha filha pequena, já que morava a 45 quilômetros da Universidade e ficava muito inviável o transporte com um bebê recém-nascido. Por já ser militante em outras áreas, vi a necessidade de haver uma organização de mães, fui atrás e encontrei a companheira Raíssa, que estava grávida. Não existia Coletivo de Mães ou alguma instância que garantisse os nossos direitos e os de nossas crias. Vi o Coletivo nascer e participei de toda a história da criação. Começamos com as rodas de conversa, pegamos os contatos de todas as mães que participavam e criamos um grupo no *WhatsApp*. Também incluímos no grupo todas as pessoas que encontrávamos com uma criança. Nas discussões, notamos a necessidade de uma organização mais estruturada, para poder exigir da instituição enquanto um grupo coeso e direcionado para nossas necessidades, afinal, nós vivemos na pele a privação de certos direitos e podemos falar com propriedade e legitimidade sobre isso. Nesse caminho, encontramos mães estudantes de outros Estados que passavam pelas mesmas situações que nós na UnB, e começamos a participar dessa rede nacional. Escrevemos uma carta para as chapas que concorriam pela Reitoria com

> nossas demandas, o que deu alguma notoriedade ao Coletivo, porém não fomos percebidas pelas Chapas. Nos tornamos presentes publicamente e virtualmente pelo Instagram, e, após uma polêmica publicação sobre o desligamento de mães, começamos a ter uma conversa mais institucionalizada com a Universidade. Fico muito feliz pelo nosso caminho e para onde estamos indo. Nesse percurso, encontrei mães que hoje são verdadeiras amigas e pessoas maravilhosas engajadas na causa. Já conquistamos algumas coisas, mas é preciso quebrar o paradigma histórico da responsabilidade pelas crianças na sociedade ser da mulher, e continuaremos a lutar para que todas nós possamos alcançar um diploma um dia.

Nossas histórias não são pontuais nem casos isolados: compõem uma rede de mães que vivem a universidade em condições semelhantes, ainda que muitas não se conheçam, não sejam amigas ou não integrem coletivos organizados de luta. O que nos conecta é a experiência comum da maternidade na universidade, atravessada por mecanismos, muitas vezes institucionais, de exclusão, desestímulo e opressão. Quando um espaço acadêmico não acolhe a presença de uma criança, ele também nega a presença de sua principal cuidadora, reforçando uma democracia restrita, sustentada em práticas desiguais e que inviabilizam o acesso pleno a direitos e à cidadania.

A universidade pertence a todas e todos, e a responsabilidade pelo cuidado das crianças deve ser igualmente compartilhada. Por isso, seguimos em luta.

A universidade é de todas e todos, e a responsabilidade pelo cuidado das crianças também. Por isso, lutemos.

## 5. Referências

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. *In: Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 18, Brasília, 2015, pp. 81-117.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: rendimento de todas as fontes 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

MATTA, G.C. *et al. Os impactos sociais da COVID-19 no Brasil*: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz; Editora Fiocruz, 2021.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Movimentos Sociais no Governo Bolsonaro. *Revista da Anpege*, [*s. l.*], v. 16. n. 29, p. 490-521, 2020. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. Acesso em: 09 ago. 2023.

RAUPP, Marilena Dandolini. Creches nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas. *Educação & Sociedade*, [*s. l.*], v. 25, n. 86, 197-217, 2004.

SARLO, Beatriz. *La intimidad pública*. Barcelona: Seix Barral, 2018.

SILVA, Juliana Marcia Santos; SALVADOR, Andréia Clapp. Coletivo de mães universitárias rompendo com a história da exclusão feminina nas universidades. *Anais*. 31º Simpósio Nacional de História – ANPUH-Brasil. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/162.817.6107_ARQUIVO_6c5ff0b3c39fb6a13b440aa157afdc9d.pdf. Acesso em: 09 ago. 2023.

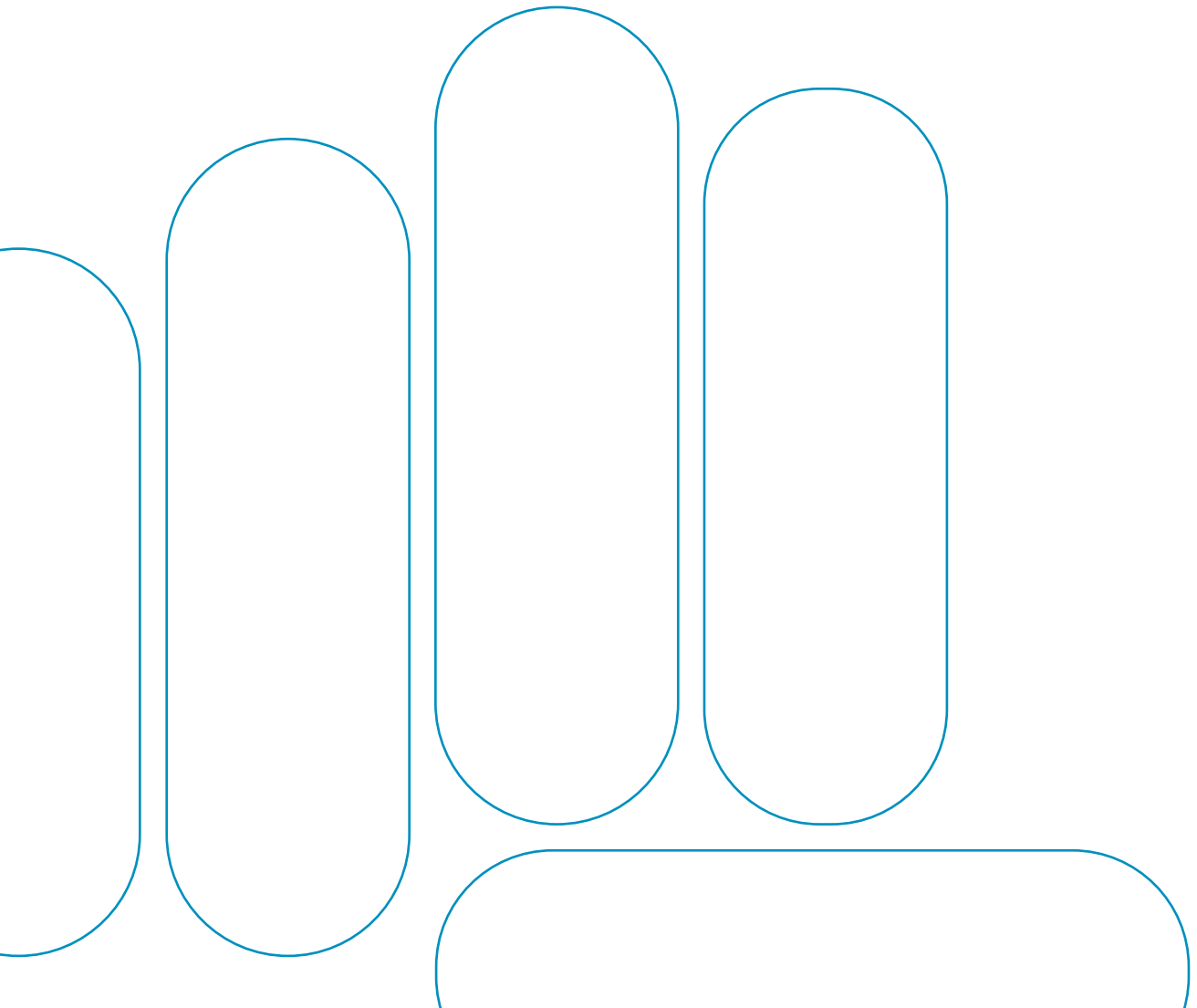
SILVA, Maria Clara Ramos da Fonseca; GUEDES, Cristiano. Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública. *Katálysis*, [*s. l.*], v. 23, n. 3, 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Resolução do Conselho da Faculdade de Educação nº 001/2018*. Regulamenta o uso do Espaço de Acolhimento/Fraldário da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília por mães, pais ou pessoas legal e/ou judicialmente responsáveis por crianças (os filhos ou dependentes de estudantes regulares de servidores técnicos e de professores da FE/UnB). Brasília: Conselho da Faculdade de Educação, 2018. Disponível em https://www.noticias.unb.br/images/Noticias/Docs/Resoluo-001-2018_Sala-deacolhimento.FE.PDF. Acesso em: 09 ago. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Resolução do Conselho de Administração nº 0060/2017*. Cria o Programa Auxílio Creche (PACreche) para estudantes que têm filhos(as) de zero até cinco anos de idade e fixa as diretrizes para a sua execução no âmbito da Universidade de Brasília. Brasília: Conselho de Administração, 2017. Disponível em: https://dds.dac.unb.br/images/Legislacao/18__Resolucao_CAD_0060_2017_PACreche.pdf. Acesso em: 09 ago. 2023.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos*: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, Valeska. *et al*. Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. *Rev. Estud. Fem.*, [*s. l.*], v. 30, n. 2, 2022.



A Editora UnB é filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

# MATERNIDADE, PARENTALIDADE, FAMÍLIA E TEMAS TRANSVERSAIS

O livro “Maternidade, Parentalidade, Família e Temas Transversais”, organizado por Hayeska Costa Barroso, Tatiane dos Santos Duarte, Jaqueline Barbosa Pinto Silva e Diana Loureiro Valls, vem a público num contexto em que a maternidade e a parentalidade estão numa ascendente como pauta política e acadêmica no âmbito do ensino superior no Brasil.

Não que se trate de um assunto recente, mas é inegável como o cenário pandêmico jogou luz na direção de uma realidade antes francamente negligenciada ou relegada para segundo plano em se tratando do campo científico no país. São inúmeros os coletivos, grupos e núcleos maternos e parentais auto-organizados por estudantes, docentes e servidoras técnico-administrativas espalhados nas mais diversas universidades, reivindicando o que nunca deveria ter sido negado: lugar de mãe é na universidade! Estão reunidos nessa coletânea textos com reflexões teórico-críticas, relatos de experiência e resultados de estudos enovelados por um elemento em comum: todos possuem em sua autoria as marcas da comunidade acadêmica da Universidade de Brasília, reafirmando, assim, a sua importância e relevância como campo fértil da/na produção de um conhecimento social e politicamente referenciado na cena contemporânea.

EDITORA UnB

EXTENSÃO INSURGENTE